

Os meios de voltar ao mercado

16 SET 1986

GAZETA MERCANTIL

por Tom Camargo
de Londres

O ministro da Fazenda, Dilson Funaro, atravessou o Atlântico com uma pequena comitiva, vindo de Nova York, onde acompanhou a visita do presidente José Sarney, para apresentar, de forma enfática, a um selecionado grupo de autoridades britânicas um apanhado de como o Brasil vê suas perspectivas de curto e médio prazo, quais as injunções que recusa a priori e como se sente à vontade, graças ao desempenho de seu setor externo, para andar com as próprias pernas.

"A posição dos países ricos muitas vezes pode assemelhar-se a um cartel de credores", disse ele a um grupo de jornalistas, voltando a uma tecla já apertada pelo presidente do Banco Central (BC), Fernando Bracher, em outros fóruns. "Não aceitamos regras 'standar', queremos que o princípio da análise caso a caso seja honrado por completo."

Bancos comerciais, agências oficiais de financiamento comercial e as próprias autoridades econômicas de países com os quais o Brasil mantém relações devem convencer-se, de uma vez por todas, de que o governo atualmente instalado em Brasília não pretende submeter-se "a nenhum tipo de condicionalidade, das previstas pelo Fundo Monetário Internacional às do Banco Mundial e inclusive as previstas no chamado Plano Baker, para manter o País crescendo (...) operando dentro da comunidade financeira internacional".

O governo Sarney já teria assinado todos os acordos externos necessários para demonstrar sua integridade e, depois de ter "iniciado um processo de reorganização de sua economia interna (...) com sucesso (...) quer redefinir sua posição no contexto internacional. Mas não aceitamos nenhum tipo de tutela econômica, nenhuma bitola".

A um grupo de banqueiros que representavam oito dos maiores bancos britânicos, convidado a almoçar com o ministro Funaro e sua comitiva (Bracher e o diplomata Álvaro Alencar, coordenador internacional do Ministério da Fazenda), Funaro disse que se faz necessário discutir, de forma prática, meios e modos de levar o Brasil de volta ao mercado de empréstimos voluntários, isto é, o mundo real, fora dos acordos de reescalonamento. "Estamos fora há quatro anos e temos condições até melhores do que muitos países que estão operando normalmente", disse o ministro.

Ele indicou como um caminho provável o lançamento de bônus do Tesouro nos mercados externos.

Os banqueiros, todos ocupando postos de alta direção — o "chairman" do Lloyds, sir Jeremy Morse, por exemplo, acompanhou

(Continua na página 17)

Os meios de voltar ao...

16 SET 1986

por Tom Camargo
de Londres
(Continuação da 1ª página)

seu homem que cuida do Brasil —, não abordaram, em nenhum momento, questões como o pagamento de operações 63 contraídas por bancos particulares inadimplentes ("não falamos do assunto e, se falássemos, diria que não vejo por que o Tesouro deveria pagar por negócios que mereceram taxas de risco até três vezes maiores do que as normais") ou outros penduricalhos técnicos da renegociação brasileira.

Mas voltaram a perguntar sobre a eventualidade de um programa econômico avalizado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e divergências quanto à forma como o Brasil renegociou parte de sua dívida junto ao Clube de Paris.

"O ministro deixou claro, eu diria muito claro, que, no caso dos financiamentos comerciais, por exemplo, quem não quiser financiar seus exportadores para vender ao Brasil estará fazendo um péssimo negócio, pois vários países já estão trabalhando com a gente normalmente", disse um dos membros da comitiva

que participou do encontro. Funaro teria repetido algo que já dissera a um alto funcionário da administração norte-americana, referindo-se tanto ao FMI quanto à concessão de créditos comerciais: "Não há hipótese de irmos ao Fundo ou de deixarmos de comerciar por falta de linhas. Se outros países não preferirem o caminho do entendimento, andaremos sozinhos".

Dentro do governo britânico há uma clara divisão quanto à forma de tratar a dívida externa do Brasil. Enquanto o Ministério das Relações Exteriores (o Foreign Office) favorece um acerto político com Brasília, reconhecendo, na prática, os avanços no tratamento da economia, o chanceler do Erário (o Tesouro) exige completa submissão ao ritual tradicional, que afunila no Fundo tudo que é divergência financeira com países devedores.

O acordo informal que o Brasil fez com o Clube de Paris, cobrindo o período de 1º de janeiro de 1985 a maio de 1986, continuaria suscitando dúvidas e reclamações entre bancos e autoridades oficiais.

Como o acerto, que já re-

sultou em inúmeros pagamentos, é o primeiro que acontece no âmbito do Clube sem que o país devedor tenha passado pelo Fundo no período coberto, vários governos ainda não teriam desistido de "legalizá-lo", insistindo para que o Brasil procurasse o aval da instituição.

"Não é verdadeira a posição de que, para acertar com o Clube de Paris, seja necessário ir ao Fundo", disse Funaro em sua entrevista à imprensa. "Isto não está escrito em lugar nenhum, não está no estatuto do Clube. Aliás, na última reunião do Fundo Monetário, durante uma reunião do Grupo dos 20, criamos uma cláusula que dá flexibilidade aos acordos do Clube."

O encontro com Lawson, o ministro do Tesouro, foi formal e, "de pura cortesia", segundo o assessor de imprensa da autoridade britânica. Mas, segundo um diplomata britânico, fontes do Tesouro teriam dito que Lawson teria ficado bem impressionado com a "calma determinação" e "a objetividade simples de Funaro".

Depois do almoço com os banqueiros, já no meio da tarde, o ministro da Fazenda e sua comitiva visitaram o Banco da Inglaterra (banco central), onde conversaram com George Blunden, um dos vice-governadores do banco e conhecedor do Brasil, para onde viaja com certa frequência. Segundo Blunden, a conversa acabou estendendo-se por além do prazo marcado, pois vários aspectos do Plano Cruzado e dos planos externos do Brasil teriam sido abordados de forma aprofundada.